

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Sessão Temática ST3: Políticas públicas, planejamento urbano e integração regional.

GESTÃO DE ÁREAS VERDES À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL: O CASO DE SAPEZAL/MT

MANAGEMENT OF GREEN AREAS IN THE LIGHT OF INSTITUTIONAL THEORY: THE CASE OF SAPEZAL/MT

GESTIÓN DE ÁREAS VERDES A LA LUZ DE LA TEORÍA INSTITUCIONAL: EL CASO DE SAPEZAL/MT

Roberta Rodrigues Valandro¹, Angela Pereira Barros², Pedro Luís Büntenbender³

¹ Bacharela em Administração (UNIJUI), Especialista em Marketing (UNIJUI), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR (UNIJUI), Bolsista CAPES. E-mail: roberta.valandro@sou.unijui.edu.br

² Bacharela em Arquitetura e Urbanismo (UNIC), Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (UFMT) e Gestão Pública (IFMT), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR (UNIJUI). E-mail: angela.barros@sou.unijui.edu.br

³ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR (UNIJUI). E-mail: pedrolb@unijui.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como foram planejadas as áreas verdes do Município de Sapezal-MT, à luz da Teoria Institucional. Para isso, foi realizado um estudo de caso na Prefeitura Municipal. A coleta de dados sucedeu-se através de questionamentos e entrevistas via Google Meet, bem como análise documental. Os resultados da pesquisa apontam que o Isomorfismo é algo positivo, onde o mimético estabelece as ações que foram certas em determinada região, já o normativo demonstra as normas e legislações que ofertam o suporte e que auxiliam nos regimentos, e o coercitivo diz respeito a população, onde é necessário ouvir suas necessidades para a realização de melhorias. O Município de Sapezal-MT possui uma vasta área, porém carece de infraestrutura, regimentos eficientes e políticas de acessibilidade para a sociedade civil.

Palavras-chave: institucionalização. isomorfismo. paisagem urbana. meio ambiente.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar cómo fueron planificadas las áreas verdes del Municipio de Sapezal-MT, a la luz de la Teoría Institucional. Para ello se realizó un estudio de caso en el gobierno municipal. La recolección de datos se realizó a través de preguntas y entrevistas a través de Google Meet, así como el análisis de documentos. Los resultados de la investigación señalan que el isomorfismo es algo positivo, donde lo mimético establece las acciones que acertaron en una determinada región, lo normativo demuestra las normas y legislaciones que brindan apoyo y ayuda en los regimientos, y lo coercitivo preocupa a la población. donde es necesario escuchar sus necesidades para realizar mejoras. El Municipio



de Sapezal-MT tiene un área extensa, pero carece de infraestructura, regulaciones eficientes y políticas de accesibilidad para la sociedad civil.

Palabras clave: institucionalización. isomorfismo paisaje urbano. medio ambiente.

ABSTRACT

This research aimed to analyze how the green areas of the Municipality of Sapezal-MT were planned, in the light of the Institutional Theory. For this, a case study was carried out in the municipal government. Data collection took place through questioning and interviews via Google Meet, as well as document analysis. The research results indicate that Isomorphism is something positive, where the mimetic establishes the actions that were right in a given region, the normative demonstrates the norms and legislation that offer support and that help in the regiments, and the coercive concerns the population. , where it is necessary to listen to your needs to make improvements. The Municipality of Sapezal-MT has a vast area, but lacks infrastructure, efficient regulations and accessibility policies for civil society.

Keywords: institutionalization. isomorphism. urban landscape. environment.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, a questão ambiental está cada vez mais presente tanto no âmbito pessoal quanto institucional. A partir desta premissa, o presente artigo abordará de forma reflexiva de como o Município de Sapezal-MT está buscando contemplar a gestão das áreas verdes em seu planejamento urbano. A caracterização do Município é o primeiro passo a ser dado para a realização da pesquisa, então, o mesmo trata-se de uma cidade brasileira do Estado de Mato Grosso, sua população é estimada em 26.688 habitantes, com IDH de 0,732, escolarização abrangendo 98,1% de 6-14 anos, e sua área territorial compreende 13.615,748 km² (IBGE, 2020).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2015 a maior parte da população brasileira vive em áreas urbanas, correspondendo a 84,72%, essa dinâmica gera problemas que afetam a qualidade de vida de quem reside em cidades. O crescimento populacional juntamente ao fato da ocupação desordenada em áreas urbanas obtém-se um agravante ecológico, a gestão inadequada de áreas verdes contribui para os principais problemas para o alcance de cidades sustentáveis. Uma solução para melhorar a integração entre o homem e o ambiente são os chamados parques e áreas verdes, mas para essa ideia ser efetiva torna-se necessário a devida gestão e institucionalização (MORENO, 2007).

A área verde urbana é de extrema importância, porém ainda não tão frequentemente planejada e valorizada pelo ser humano. É fato, que enquanto não houver a devida valorização e interesse com o meio ambiente, as pessoas que não conhecem um espaço livre, diversas vezes acabam se limitando a considerar essa área como um lugar de bem-estar social. Todos os seres humanos estão conectados com a área verde, ela participa em vários aspectos na vida cotidiana do homem, seja na forma de sombra, para descanso, para o oxigênio, para

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



20 ANOS



APOIO:



embelezar a paisagem, para reduzir a poluição, controle de temperatura, de habitat para animais silvestres, etc. Enfim, as áreas verdes são de fundamental importância para a vida e essa diversidade de benefícios, repleta de riquezas, ainda precisa ser conhecida e preservada (OLIVEIRA, 1996).

Segundo Mascaró (2010, p. 22), a “gestão integral da vegetação urbana requer um amplo conjunto de atividades, incluindo o manejo de árvores individuais e de grandes grupos, a educação da comunidade e a coordenação entre burocracias que estão acostumadas a atuar independentemente”. Ao examinar a gestão das áreas verdes e o planejamento urbano através dos instrumentos básicos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Participativo de Sapezal-MT, busca-se entender como o isomorfismo influencia na homogeneidade da paisagem urbana.

Assim, o problema do presente estudo definiu-se da seguinte maneira: Como foram planejadas as áreas verdes do Município de Sapezal-MT à luz da Teoria Institucional? Para responder tal questionamento, o objetivo geral da pesquisa visa analisar como foram planejadas as áreas verdes do Município de Sapezal-MT, à luz da Teoria Institucional.

Este artigo tem como base geral três pesquisas realizadas pelo biólogo e doutor em Ciências, João Carlos Nucci. O primeiro trata-se da obra de Nucci e Filho (2006), que possui a intenção de colaborar com os estudos para a padronização de conceitos de espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal, realizado no Município de Curitiba-PR. O segundo remete-se ao livro “Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano”, que trata de uma investigação de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília-SP, redigido por Nucci (2008), em que se discute a possibilidade do uso e ocupação dos solos urbanos. O terceiro estudo remete-se a obra de Rocha e Nucci (2018), realizado pela Universidade Federal do Paraná, com os objetivos de discutir a questão dos índices de áreas verdes ou de cobertura vegetal das cidades, de verificar a possibilidade de comparação entre os diversos índices de cobertura vegetal ou áreas verdes de algumas cidades brasileiras e buscar uma resposta para a necessidade de as cidades competirem entre si.

Para o estudo da Teoria Institucional será adotado o clássico artigo dos autores Powell e Dimaggio (2005), “A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais”, que descreve três processos de isomorfismo – coercitivo, mimético e normativo. Os quais conduzem a um paradoxo: atores racionais tornam suas organizações cada vez mais similares, à medida que tentam transformá-las. Diante dos estudos apresentados, esta pesquisa se difere em virtude da pujança do Município de Sapezal-MT com seu planejamento ordenado e como ele se comporta à luz do isomorfismo.

Considerando a importância de se conhecer a realidade do Município de Sapezal-MT, o estudo justifica-se pela sua abordagem inovadora, não apenas pela preocupação da sociedade em relação ao ambiente, mas também em função de haver uma certa carência de pesquisas empíricas que analisam os temas de Gestão de Áreas Verdes à Luz da Teoria Institucional em conjunto. A maioria dos trabalhos disponíveis investiga apenas modelos tradicionais de conceitos e usos. Identificada esta lacuna, buscou-se observar os diferentes focos da Teoria Institucional e Isomorfismo, bem como, o Ordenamento Territorial e o Plano Diretor,

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



apontando estudos bibliográficos que funcionem como base teórica inicial ao tema e que possam possibilitar uma análise integrada e efetiva.

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos apresentam os meios utilizados para a coleta de dados no estudo. Desta forma, quanto à natureza a pesquisa caracteriza-se como aplicada (GIL, 2002), onde a mesma visa gerar conhecimento para a devida discussão e solução de problemas que envolvem interesses e verdades locais, no que diz respeito às áreas verdes, bem como, a teoria institucional. Já no que se refere à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa (OLIVEIRA, 1997), pois houve a interpretação de análise de conteúdo dos questionamentos realizados na prefeitura de Sapezal-MT, esse método é utilizado para a descrição de fenômenos e sua explicação serve para investigar as relações de causa-efeito.

Em relação aos objetivos, a pesquisa conta com uma abordagem descritiva (VERGARA, 2009), porque visa descrever as expectativas, percepções e sugestões dos entrevistados, esse recurso expõe as características de uma determinada população, como também analisa os fenômenos e relações existentes. No que tange os procedimentos técnicos, a pesquisa é de campo, pois investiga os fenômenos no local onde ocorreram utilizando-se técnicas de observação direta. Como também trata-se de um estudo documental, onde de modo geral, são analisados materiais de valor científico que vão de encontro com o objetivo da pesquisa (GIL, 2002).

Por conseguinte, o objetivo do presente estudo é de analisar como foram planejadas as áreas verdes à luz da Teoria Institucional especialmente no Município de Sapezal, no Estado de Mato Grosso. Para isso foram realizados questionários com cinco perguntas cada, abrangendo os três grupos de isomorfismos, ou seja, coercitivo, mimético e normativo. As respostas estão tabuladas em quadros eletrônicos e os dados são analisados através de descrição.

O cruzamento de diferentes fontes resulta na constatação de conclusões mais certeiras (GIL, 2014), desta forma, o atual estudo utiliza a observação não participante, questionário e análises documentais. O processo de investigação foi realizado através da técnica de triangulação dos dados com a intenção de confrontar falhas e semelhanças, promover a melhoria contínua e alcançar os objetivos do presente estudo (OLIVEIRA, 1997).

3 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento desta presente pesquisa diz respeito primeiramente à fundamentação teórica, onde a mesma aborda as questões de Teoria Institucional e Isomorfismo, bem como, ao Ordenamento Territorial e Plano Diretor. Em seguida, é abordada a discussão e resultados da pesquisa, desta forma, apontando os dados obtidos nas entrevistas realizadas na Prefeitura do Município de Sapezal/MT.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



3.1 Fundamentação Teórica

3.1.1 Teoria Institucional e Isomorfismo

Segundo Carvalho, Vieira e Goulart (2005), a Teoria Institucional nasceu ao final do século XIX, a mesma contribui para gerar compreensões para os fenômenos sociais e explora diversas vertentes, como por exemplo, a política (governança), a economia (instituições econômicas) e a sociologia (relações de poder e heterogeneidade organizacional).

Para Selznick (1971, p. 14) a institucionalização “é algo que acontece a uma organização com o passar do tempo, refletindo sua história particular, o pessoal que nela trabalha, os grupos que engloba com os diversos interesses que criaram, a maneira como se adaptou ao seu ambiente”. Deste modo, na ótica da Teoria Institucional, uma organização é um elemento de um sistema de relações que é sensibilizado por fatores técnicos, assim como questões de cunho normativo e de legitimidade.

Segundo Tolbert e Zucker (1998), o processo de institucionalização é dividido em três níveis. 1) Habitualização: que se trata da fase de pré-institucionalização, onde desenvolve-se estruturas, padrões de comportamento, isto é, a origem de formação. 2) Objetificação: contempla a fase de semi-institucionalização, onde já foi desenvolvido hábitos e adoção com base no consenso. 3) Sedimentação: integra a história da organização, refere-se a estrutura, sobrevivência e envolve de forma totalitária a institucionalização.

Tal busca pela legitimidade possui um papel primordial na explanação das práticas organizacionais, segundo Zucker (1987), as organizações que absorvem aspectos racionais em sua estrutura formal conseguem aumentar a sua legitimidade e sobrevivência. O comportamento dos atores é resultante da influência de instituições que formam teorias culturais, ideologias e até prescrições sociais, com isso é exercida uma pressão às organizações para que se conformem com tais normas e regras que guiam seus comportamentos. Quando a institucionalização ocorre por consenso, acontece o isomorfismo.

O isomorfismo caracteriza-se pela busca de conformidade entre os procedimentos, regras, normas e costumes institucionais em um mesmo ambiente, assim, as organizações encaminham-se a se tornar mais parecidas. Para DiMaggio (1983) e Powell (1991), o isomorfismo é o grande responsável pela homogeneidade estratégica das organizações, segundo os autores, há três níveis de mudança isomórfica institucional. 1) Isomorfismo Coercitivo: derivam das influências políticas, regulamentações governamentais e também de forças culturais da sociedade. 2) Isomorfismo Mimético: quando o ambiente cria incertezas, as organizações podem seguir exemplos bem-sucedidos de outras organizações similares, assim, seguir outras organizações como modelo é uma resposta rápida de que há incertezas. 3) Isomorfismo Normativo: diz respeito à profissionalização dos integrantes de uma categoria, na medida em que as pessoas participam de associações, suas ideias tendem a tornar-se homogêneas e acabam moldando suas organizações a parecerem uniformes.

Assim sendo, o isomorfismo coercitivo, mimético e normativo reproduzem razões que inserem a legitimação de novos arranjos organizacionais a fim de fixar transformações no quadro ambiental, muitas vezes desejadas pela sociedade, e as respostas no desenvolvimento



da sustentabilidade ambiental alcançados por essas atitudes, inspiram os atores envolvidos sobre a importância das práticas que traduzem os comportamentos cada vez mais naturais na rotina da organização.

Desta forma, a institucionalização é o processo em que os atores individuais ou coletivos expressam o que é socialmente aprovado como real, tendo como base tais argumentos, admite-se que a gestão ambiental é conduzida por pressões institucionais do ambiente e pela escolha dos atores organizacionais. O isomorfismo institucional, no contexto deste estudo, explica os motivos e os tipos de pressões exercidas para que a gestão e o planejamento das áreas verdes busquem semelhanças com outras regiões.

3.1.2 Ordenamento Territorial e Plano Diretor

A Constituição Brasileira estabelece que o ordenamento territorial das cidades seja efetuado por meio do seu Artigo 30 (Parágrafo VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano) e ainda manifesta que o Plano Diretor é o “instrumento básico da política pública” (§ 1º do Art. 182), que determina o regime jurídico da propriedade urbana indicando as exigências para que se respeite a função social (§2º do Art. 182). A Lei Nº9.523/2011 institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso.

Conforme Silva (2003) o Município de Sapezal-MT foi criado no ano de 1994 por André Antônio Maggi, fundador do Grupo Amaggi e surgiu devido à expansão das fronteiras agrícolas. A circulação de grãos e o projeto de criação de um eixo de exportação foram as condições básicas para a fundação de Sapezal. Seu projeto urbano inicial teve como autor o engajado arquiteto Adilson Sachetti, onde desenhou as quadras em forma de “malha xadrez” com avenidas e canteiros centrais largos, surgindo assim os primeiros edifícios, residências, comércios e organizações institucionais.

O Plano Diretor Participativo do Município de Sapezal-MT foi instituído em 2012 e deve ser revisado no ano de 2022, esse plano sob a ótica da Teoria Institucional se caracteriza como um elemento de um sistema de relações sensibilizadas por fatores técnicos de cunho normativo respeitando a sua legitimidade. Uma das suas políticas é o desenvolvimento urbano e ambiental que tem como objetivo, segundo o Art. 24, “o ordenamento territorial e a orientação equilibrada da expansão urbana, a segurança dos munícipes e a regulação ambiental, estruturando e conduzindo seu crescimento através da valorização do seu planejamento inicial”.

Desta forma, Guzzo (1999), conclui que no âmbito do poder municipal, o planejamento e a gestão de áreas verdes estão articulados no Plano Diretor e assim são elaborados seguindo alguns critérios de desenvolvimento e expansão urbana. O plano possui caráter abrangente e se refere ao espaço onde existe predomínio de vegetação, incluindo praças, jardins, unidades de conservação, canteiros, ruas, avenidas, trevos e rotatórias de vias públicas.

Se tratando de planejamento urbano, o Estatuto da Cidade estabelecido pela Lei Federal Nº10.257 de 10 de julho de 2001, é um dos instrumentos mais importantes, pois estabelece

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



normas de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do equilíbrio ambiental (Art. 1º Parágrafo único).

Mediante algumas diretrizes gerais deste instrumento, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, como garantia do direito a cidades sustentáveis (Art. 2º Inc. I), gestão democrática por meio de programas e projetos de desenvolvimento urbano (Art. 2º Inc. IV), planejamento do desenvolvimento das cidades de modo a evitar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, oferta de equipamentos urbanos e comunitários adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais (Art. 2º Inc. V).

Outra diretriz é a ordenação e controle do uso do solo (Art. 2º Inc. VI), de forma a evitar o uso inadequado em relação à infraestrutura urbana, a poluição, degradação ambiental, adoção de padrões de produção, consumo e de expansão urbana, compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental (Art. 2º, inc. VIII) e ainda a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (Art. 2º, inc. XII). E por fim, talvez a mais importante delas, o estímulo à utilização nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. (Art. 2º Inc. XVII incluído pela Lei nº 12.836, de 2013).

Apesar das diversas citações ambientais no Estatuto, o uso correto e a preservação da paisagem ambiental não são consideradas nos diversos planejamentos das cidades brasileiras. Levando em conta que o crescimento acentuado da população e da economia demandam maiores espaços nas cidades para reprodução do capital social, a quantidade e a qualidade do verde urbano são comprometidas pelas áreas pavimentadas, impermeabilizadas e edificadas que antes dispunham de vegetação e rios.

As cidades são constituídas de espaços de interação urbana, espaços com construções e de espaços livres (CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992). A cobertura vegetal ocorre nesses três sistemas, e é caracterizada como a projeção do verde em cartas planimétricas, e pode ser identificada através de fotografias aéreas, sem auxílio de estereoscopia (CAVALHEIRO *et al.* 1999).

A Lei Complementar Nº001/2012, que estabelece as normas de parcelamento do solo para fins urbanos e de regularização fundiária de áreas urbanas no Município de Sapezal-MT define áreas verdes, conforme Art. 2º Inciso XI, como “Espaço Livre, público ou privado, constituída predominantemente por solo natural, sem pavimentação, forrado por vegetação rasteira e com predominância de vegetação arbórea”.

Segundo o Art. 8º, § 1º, da Resolução nº 369 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 2006, p. 82), as áreas verdes são denominadas como o "espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade”. Complementando, Boeni e Silveira (2011, p. 3) argumentaram que a “arborização está diretamente relacionada com a qualidade de vida, o aumento da biodiversidade, a preservação das espécies nativas e o bem-estar físico e psíquico do ser humano”.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



Uma área verde é sempre um espaço livre no panorama conceitual, já um espaço livre é determinado como espaço urbano ao ar livre, destinado a todo tipo de utilização que se relacione com descanso, práticas de esportes, caminhadas, passeios, ou seja, uma área livre de construção (FILHO E NUCCI, 2006).

Os espaços livres podem ser privados, potencialmente coletivos ou públicos e podem desempenhar, principalmente, funções estética, de lazer e ecológico-ambiental (FILHO E NUCCI, 2006). Via de regra, o espaço livre tem a principal função de possibilitar recreação, como também podem desempenhar funções estética, de lazer e ecológico-ambiental (LONDES E MENDES, 2003).

Diante dos diversos conflitos a respeito do conceito do verde urbano ou cobertura vegetal, tem-se desencadeado problemas em relação ao conhecimento e planejamento dessa área (GUZZO, 1999). Desta forma, para a devida diferenciação, Buccheri e Nucci (2006) elaboraram um organograma adaptado da proposta de Cavalheiro *et al.* (1999) que definiu as diferenças entre áreas verdes e espaços livres. Segundo os autores, a Cobertura Vegetal urbana é classificada entre três sistemas, sendo de Espaços Livres, Espaços Construídos e Espaços de Integração. O sistema de Espaços Livres pode ser classificado conforme sua tipologia, como Particulares, Potencialmente Coletivos ou Públicos.

Levando em consideração a vegetação e o solo permeável que devem ocupar pelo menos 70% da área, o seu crédito origina dos atributos ecológicos capazes de obedecer a função favorável e amenizadora na relação homem-meio, assim para Nucci e Presotto (2009), a vegetação em áreas urbanas exerce diversas funções de conservação, como por exemplo: a proteção de solos, criação de microclimas, desvio de ruídos, aumento da biomassa, melhora o planejamento estético. Enfim, apresenta uma funcionalidade positiva para o benefício do ser humano e ainda tem o poder de melhorar a relação do ser humano-natureza através de uma adequada distribuição e composição das ruas e cidades.

3.2 Discussão e Resultados

Para a análise dos resultados da presente pesquisa, fez-se um levantamento de dados na Prefeitura Municipal de Sapezal/MT, das quatro praças e dos dois parques mais considerados. O Quadro 1 apresenta a classificação do verde urbano de Sapezal-MT, segundo a concepção de Buccheri e Nucci (2006) e Cavalheiro *et al.* (1999), que caracteriza as praças e parques municipais como espaço livre ou área verde.

Em análise pode-se concluir que apenas os parques municipais são classificados como Área Verde, de acordo com a concepção estabelecida por Buccheri e Nucci (2006) e Cavalheiro *et al.* (1999). Esses parques possuem todas as características de uma área verde, pois oferecem gramados, jardins, florestas, bancos, academias, todos abertos ao público sem cobrança de entrada e até um lago na Prainha Municipal, conforme ilustram as imagens do Quadro 2.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



Quadro 1: Classificação do Verde Urbano de cada uma das Praças do Município de Sapezal/MT

Local / Perguntas	Praça Lúcia Borges Maggi	Praça do Zeneuda Fontanelli	Praça Rosa dos Ventos	Praça Zequinha	Praça do Jardim Alvorada	Bosque Municipal	Prainha Municipal
A vegetação é o elemento fundamental de composição?	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Cumpre funções ecológicas, estéticas e de Lazer?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Área com 70% de cobertura vegetal em solo permeável (sem laje)?	14.400m ²	3.240m ²	4.144m ²	5.000m ²	2.546m ²	306.400m ²	948.950m ²
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
	6.529m ²	2.422m ²	1.746m ²	1.698,37m ²	657m ²	Sim	Sim
	Gramado Não	Sim	Gramado Não	Gramado Não	Não		
Serve à população?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Propicia condições para recreação?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Resultado	Espaço Livre	Espaço Livre	Espaço Livre	Espaço Livre	Espaço Livre	Área Verde	Área Verde

Fonte: Autores (2021), com base em Buccheri e Nucci (2006) e Cavalheiro *et al* (1999).

Quadro 2: Classificação do Verde Urbano de cada uma das Praças do Município de Sapezal/MT

	
<p>FOTO 01: Bosque Municipal de Sapezal</p>	<p>FOTO 02: Prainha Municipal de Sapezal</p>
	
<p>FOTO 03: Vista aérea da Prainha Municipal de Sapezal</p>	<p>FOTO 04: Quiosque da Prainha Municipal de Sapezal.</p>

Fonte: Prefeitura de Sapezal/MT.

Em relação às praças municipais, todas foram classificadas somente como Espaços Livres, todavia, cumprem as funções ecológicas, estéticas e de lazer, servem à população e todas propiciam condições para recreação. Porém, a vegetação presente nelas, em sua maioria, não são o elemento fundamental de composição. Como exemplo a Praça Zeneuda Fontanelli que possui poucas árvores, mas abrange 70% de área permeável. Ainda, a Praça do “Zequinha” contém poucas árvores e a Praça do Jardim Alvorada, pois é uma praça nova com árvores de porte pequeno.



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



APOIO:



Quadro 3: Ilustrações das Praças Públicas do Município de Sapezal Sapezal/MT

	
<p>Foto 05: Praça Municipal Lúcia Borges Maggi</p>	<p>FOTO 06: Praça Municipal Lúcia B. Maggi</p>
	
<p>FOTO 07: Praça Municipal Rosa dos Ventos</p>	<p>FOTO 08: Praça Municipal Rosa dos Ventos</p>



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



FOTO 09: Praça Municipal Zeneuda Fontaneli



FOTO 10: Praça Municipal Zeneuda Fontaneli



FOTO 11: Praça Municipal Zeneuda Fontaneli



FOTO 12: Praça Municipal Zeneuda Fontaneli



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



FOTO 13: Praça Municipal “Zequinha”



FOTO 14: Praça Municipal “Zequinha”



FOTO 15: Praça Municipal Jardim Irene

FOTO 16: Praça Municipal Jardim Irene

Fonte: Autores, 2021.

Para o aprofundamento da análise dos resultados da presente pesquisa, estão expostas as perguntas realizadas aos entrevistados, bem como, suas respectivas respostas e discussões pertinentes a cada assunto. Os respondentes do estudo são indivíduos funcionários da Prefeitura Municipal de Sapezal-MT que fazem parte do Departamento de Engenharia e do Departamento de Meio Ambiente, abrangendo dois entrevistados. Os nomes dos respondentes serão preservados, e receberão novas nomenclaturas, denominadas A e B respectivamente. As perguntas foram elaboradas com base nos conceitos do Isomorfismo: Coercitivo, Mimético e Normativo. A seguir, o Quadro 4 apresenta as perguntas elaboradas aos entrevistados.

Quadro 4: Questionário aplicado aos entrevistados

1	O que você considera Isomorfismo Mimético nas praças públicas e municipais de Sapezal?
2	As praças públicas e parques municipais foram consolidados conforme as leis e normas regentes (Isomorfismo Normativo)?
3	Quais as pressões que a sociedade impõe para a melhoria das áreas verdes e dos espaços livres no município de Sapezal (Isomorfismo Coercitivo)?
4	Por que as praças não são consideradas áreas verdes e sim espaços livres? E o que pode ser realizado para melhorar essa situação no município de Sapezal?
5	Na sua opinião, de que maneira o isomorfismo interfere no planejamento urbano de Sapezal? É um ponto positivo ou negativo?

Fonte: Autores (2021).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



Manifestou-se aos respondentes os questionamentos sobre a aplicação do isomorfismo no verde urbano do Município de Sapezal-MT e a partir disso, os entrevistados apresentaram suas opiniões. O Quadro 5 apresenta as respostas do entrevistado A.

Quadro 5: Respostas do entrevistado A

1	As praças do Município em sua grande maioria constituem espaços amplos com grande capacidade de utilização, mas afetadas pelo desuso devido a um padrão comum por não possuírem atrativos ao uso contínuo pela população.
2	Não, os espaços requerem adaptação para o cumprimento da legislação de acessibilidade e serem dotados de equipamentos para o atendimento à sociedade e cumprimento de sua função social de espaço de lazer, cultural, de observação e esportivo.
3	Em participação pessoal a população pouco pressiona a administração municipal, no entanto em observação ao uso dos espaços cabe observar que os desenvolvimentos esportivos, serviços de alimentação e de bem estar (áreas de descanso) tem atraído a população para a ocupação dos espaços urbanos como canteiros centrais amplos e praças.
4	Os espaços verdes são capazes de atrair a diversidade de flora e fauna a partir da vegetação instalados neles, em síntese falta esta projeção para os espaços livres (praças locais) que em seus elementos mais comuns estão a utilização de vegetação de sombreamento homogênea apenas, o que diverge da qualificação das áreas verdes.
5	Interfere no planejamento na medida em que não atende aos anseios da população em sua grande maioria tornando os espaços livres vazios e atrativos para atividades ilícitas. A padronização pode ser positiva na economia e definição de partido arquitetônico, no entanto pode acarretar vários problemas além dos destacados. O desuso dos espaços abertos distorce sua função social, desdobrando-se em gastos públicos com pouco objetivo prático.

Fonte: Autores (2021).

O Quadro 5 abrange as respectivas respostas do entrevistado A, nota-se que, segundo o respondente, o Município de Sapezal-MT possui um amplo espaço disponível à comunidade, mas, este ambiente está sofrendo gravemente com o seu desuso humano. Isso é acarretado pela falta de infraestrutura de um local para que seja altamente convidativo às pessoas.

O entrevistado A, evidencia que é primordial instituir um cronograma de adaptabilidade no Município, pois assim se consegue entender e atender a população de maneira efetiva. Para Zucker (1987), o comportamento das pessoas é resultado das diversas influências de instituições formadoras das teorias culturais, sociais e ideológicas, por isso é extremamente necessário que se exerça essa função fiscalizadora e adaptadora conforme as leis para guiar os comportamentos.

A população não pressiona o Município de Sapezal-MT impondo melhorias, mas, o respondente A conta que através de suas observações nota que há crescente população em espaços destinados a alimentação, esportes e recreação. Gehl (2013), reforça essa visão, onde apresenta os cinco princípios do planejamento, enfatiza-se neste caso o terceiro ponto, que

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



projetar o ambiente urbano de tal maneira que o mesmo seja convidativo, é um elemento essencial para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade.

Para o entrevistado, os ambientes verdes podem atrair, a partir das vegetações neles presentes uma grande quantidade de flora e fauna, que por um lado contribui para a manutenção do meio ambiente, mas por outro lado, o respondente argumenta que há a falta de uma projeção adequada para os espaços livres, nessa oportunidade evidenciando as praças locais do Município de Sapezal-MT. Ainda, justifica que os usos mais frequentes são para a sombra. Segundo Guzzo (1999), o planejamento e gestão de áreas verdes devem estar articulados com o Plano Diretor Municipal, assim sendo, é importante desenvolver critérios de expansão e controle na cidade.

E por fim, quando questionado sobre a importância do Isomorfismo para o Município de Sapezal-MT, o entrevistado A responde que o mesmo não é capaz de atender as necessidades das pessoas na maioria das vezes, e em consequência disso, transforma os ambientes livres em espaços vazios e que atraem atividades ilícitas. Explica que o desuso, bem como, o mau uso dos espaços abertos desempenham problemas, contribuindo de maneira negativa e acumulativa de gastos e pouco resultado efetivado. A partir disso, pode-se concluir na visão de Gehl (2013), que é essencial conhecer as pessoas, seus desejos, necessidades e anseios, para que assim possa aprender de que maneira as pessoas gostariam de utilizar os espaços públicos, com a intenção de desenvolver o bem-estar social. O Quadro 6 apresenta as respostas do entrevistado B.

Quadro 6: Respostas do entrevistado B

1	Há existência de palmeiras imperiais nas praças, conhecida popularmente como um símbolo da aristocracia na história do Brasil. Porém no clima e solo da região ela desenvolve uma ferida na base de seu tronco no lado do sol-poente, comprometendo a sua saúde.
2	Não, pois as praças não possuem rampa de acordo com a recente Lei das Calçadas N°1555-2020 nem sinalização tátil (piso).
3	Elas solicitam o plantio de mais árvores, de acessibilidade para cadeirantes e deficientes visuais, instalação de parquinhos e até mesmo a criação de praças em alguns loteamentos sem infraestrutura.
4	Pois a área do piso impermeável é maior que 30% da sua área total. É necessário a criação de novas áreas permeáveis como gramados, jardins, plantio de novas árvores para melhor aspecto da praça e maior conforto térmico.
5	De forma positiva, o mimético pode estabelecer ideias que deram certo em outras regiões, o normativo pode estabelecer normas e legislações que dão suporte aos técnicos e o coercitivo é necessário pois é o anseio da população, onde o seu imposto cobrado é revertido em serviço e melhorias. De forma negativa, o mimético pode estabelecer ideias frustradas que foram copiadas de outras regiões, o normativo pode estabelecer burocracia e lentidão na sua execução e o coercitivo pode estabelecer alguma pressão errada, infundada ou desnecessária.

Fonte: Autores (2021).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



O Quadro 6 apresenta as respostas do entrevistado B, que inicia pronunciando-se sobre a existência de uma determinada palmeira no Município, que contempla o nome científico de *Roystonea Oleracea*, esta é muito conhecida no Brasil todo, porém para o clima de Sapezal-MT a planta desenvolve uma doença em seu tronco, o que deixa sua saúde debilitada. Segundo DiMaggio (1983) e Powell (1991), esse tipo de Isomorfismo, o Mimético, deriva de modelos e culturas utilizados em outros lugares, e pode-se observar nesse caso que a plantação da palmeira imperial no Município não funcionou de maneira eficaz, tornando-se um exemplo mal sucedido.

O respondente B alega que as praças públicas do Município de Sapezal-MT não estão de acordo com as leis consolidadas, possuindo assim, uma deficiência em infraestrutura, no que tange rampas e sinalização. Segundo Gehl (2013), uma boa cidade deve fornecer às pessoas conforto, mobilidade e qualidade de vida. Desta forma, é crucial desenvolver políticas integradoras que levem como objetivo principal a acessibilidade e justiça para as pessoas que possuem necessidades excepcionais, com isso, proporcionando boas experiências a todos, sem distinção.

Quanto à solicitação da sociedade em melhorias nas áreas verdes, o entrevistado B conta que as pessoas demandam de pedidos sobre melhorias na acessibilidade para os cadeirantes e deficientes visuais, bem como, requerem o plantio de árvores e de aprimoramento na infraestrutura, praças públicas e loteamentos. De acordo com Gehl (2013), um plano de ação com visão inclusiva é essencial, da mesma forma que desenvolver um olhar mais profundo sobre a cidade influencia positivamente no marketing urbano.

O entrevistado B justifica que as praças são consideradas espaços livres pois a mesma possui uma área de piso impermeável superior à 30% de sua área total, o que desrespeita a classificação de Cavalheiro (1999), em que torna-se primordial a criação de novas áreas verdes que sejam permeáveis, como por exemplo gramados, jardins e árvores, para que se melhore o ambiente das praças, como também que proporcione maior conforto térmico.

Em síntese, o respondente B conclui que o Isomorfismo é algo positivo, justificando que o mimético estabelece as ações que foram certas em determinada região, por outro lado, é importante realizar uma adaptação para cada ambiente, pois se utilizado de maneira errônea ele pode ser negativo, frustrado ou até mesmo lento. O normativo demonstra as normas e legislações que ofertam o suporte e que auxiliam nos regimentos, e o coercitivo diz respeito à população, onde é necessário ouvir suas necessidades para a realização de possíveis melhorias à sociedade num todo.

Na generalidade, pode-se notar que em relação à primeira pergunta sobre o Isomorfismo Mimético, os entrevistados alegam que no Município de Sapezal-MT possui um amplo espaço para utilização do público, porém, divergem suas opiniões, onde a resposta do entrevistado A vem a informar apenas que as praças não possuem atrativos para a população. Já o entrevistado B elencou a dificuldade do cultivo da palmeira imperial na região, apesar da sua beleza.

No que diz respeito ao segundo questionamento sobre o Isomorfismo Normativo, ambos responderam que as praças não seguem as normas vigentes, ainda, nesta oportunidade é

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



ênfatisado que há a necessidade de requerer uma adaptação para que haja o devido cumprimento dos regimentos de acessibilidade e de equipamentos para o melhor atendimento da sociedade civil.

Já para a terceira pergunta, os entrevistados discordam novamente em suas respostas, sendo que o entrevistado A notou uma falta de cobrança de melhorias das praças públicas por parte da sociedade, já o respondente B informou que a população cobra por mais árvores, jardins e equipamentos urbanos. Para o quarto questionamento, ambos entrevistados confirmaram que as praças públicas não possuem a porcentagem adequada de 70% de área permeável, conforme a classificação do verde urbano.

Por fim, na última interrogação o entrevistado A elencou os pontos negativos do isomorfismo nas praças, se tornando um espaço para atos ilícitos quando não utilizados pela população e os positivos como a padronização de suas tipologias podendo ser mais econômica. O entrevistado B informou que o isomorfismo positivo pode estabelecer ideias efetivas de outras cidades, normas e legislações podem dar significância para os técnicos e o retorno do investimento realizado pela população, já os pontos negativos podem estabelecer ideias copiadas que podem frustrar a expectativa, ou ainda, enxergar as normas como burocracia e algumas pressões desnecessárias.

CONCLUSÃO

Embora a teoria institucional e o isomorfismo não sejam popularmente conhecidos, através das entrevistas realizadas pode-se notar que existe sua presença nas ações desempenhadas pelos respondentes, os quais são integrantes dos departamentos de engenharia e meio ambiente do Município de Sapezal-MT. É possível observar uma disparidade entre as respostas dos entrevistados A e B, porém, ambos apresentam uma contribuição positiva para a presente pesquisa, a qual auxilia os autores a expandir seus conhecimentos a respeito dos três tipos de isomorfismos, coercitivo, mimético e normativo, e suas devidas funções.

Aumentar o valor das áreas verdes e dos espaços livres nos planejamentos e orçamentos dos gestores municipais depende de uma boa administração dos recursos naturais que irão beneficiar toda a sociedade. Essa condição diverge de muitos órgãos municipais que acreditam que as áreas verdes e os espaços livres são vistos como artigos de gastos arbitrários e de baixa preferência quando comparados com outras demandas do Município que se consideram mais diretamente relacionadas com a saúde e a educação.

Em síntese, o estudo sobre os recursos florestais e o urbanismo permitem o planejamento de longo prazo de um propósito da área verde para assegurar a saúde e vitalidade dos recursos desses ambientes e assim garantir a entrega constante de benefícios para as presentes e futuras gerações. A partir dessa visão, é essencial desenvolver um pensamento político-crítico, para averiguar e implementar ações que sejam sustentáveis e que viabilizem o bem-estar social de toda a população, essencialmente no recorte do Município de Sapezal-MT. Para que assim, políticas públicas adequadas e definitivamente eficientes sejam executadas para a fiscalização

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



de normas e regulamentos, que por diversas vezes são negligenciadas e deixam a desejar sobre a sociedade.

Posto isto, há também a extrema necessidade de identificar quais são as necessidades, desejos e anseios das pessoas residentes do Município de Sapezal-MT, para que assim, essas políticas de regulamentações sejam instaladas e principalmente praticadas para promover o bem-estar da sociedade, abrangendo todos, oferecendo justiça, acessibilidade e respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

BOENI, B. O.; SILVEIRA, D. Diagnóstico da arborização urbana em bairros do município de Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 189-206, jul./set. 2011.

BUCCHERI, A. T.; NUCCI, J. C. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, S.I., n. 18, p.48-59, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução do CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 mar. 2006. Seção 1, p. 150-51

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: **Anais**, 1º Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana e 4º Encontro Nacional sobre Arborização Urbana. Vitória, ES, 1992. p. 29-38

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C; GUZZO, P.; ROCHA, Y.T. **Proposição de terminologia para o verde urbano**. Boletim Informativo da SBAU (Sociedade Brasileira de Arborização Urbana), ano VII, n. 3 - jul/ago/set de 1999, Rio de Janeiro, p. 7.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; GOULART, Sueli. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849 a 874, jan. 2005.

DIMAGGIO, P. J; POWELL, W.W. **The iron cage revisit**: institucional isomorphism and collective rationality in organizational Fields. *American Sociological Review*, v. 48, p. 147-160, 1983.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014.

GUZZO, P. Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Ribeirão Preto-SP. 1999. 106f. **Dissertação** (Mestrado em Geociências). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/sapezal.html>> Acesso em 31.maio.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População Rural e Urbana**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urban-a.html>> Acesso em 01.jul.2021.

MORENO, A. M.; SANTOS, R. F.; FIDALGO, E. C. C. **Planejamento Ambiental de Áreas Verdes**: Estudo de Caso em Campinas-SP. Ver. Inst. Flor. V.19, n. 1, p. 19-30, 2007.

NUCCI, J. C.; PRESOTTO, A. **Planejamento dos espaços livres localizados nas zonas urbanas**. In: SANTOS, Douglas Gomes dos; NUCCI, João Carlos (Org.). Paisagens Geográficas: Um tributo a Felisberto Cavalheiro. Campo Mourão: Fecilcam, 2009. p. 78-102.

OLIVEIRA, C.H. Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1996.

OLIVEIRA, Sílvio L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa. São Paulo: Pioneira, 1997.

PREFEITURA DE SAPEZAL / MT - URBANIZAÇÃO BOSQUE MUNICIPAL. **Prainha Municipal**. Disponível em < <https://www.sapezal.mt.gov.br/>> Acesso 22.out.2021.

ROCHA, M. F.; NUCCI, J. C. Índices de vegetação e competição entre cidades. Geosp – **Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 3, p. 641-655, dez. 2018. ISSN 2179-0892.

SELZNICK, Philip. **Liderança em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

SILVA, C. A. F. da. **Sapezal**: a obra síntese de André Maggi e Blairo Maggi em áreas de Fronteira agrícola. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da. Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteiras. Cuiabá: entrelinhas, 2003. p. 183-217.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. **A Institucionalização da teoria institucional**. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD Walter R. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. v.1. Organizadores da edição brasileira: CALDAS, Miguel Pinto; FACHIN, Roberto Costa; FISHER, Tânia.



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

 **DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022**

PROMOTORES:



APOIO:



VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

ZUCKER, L. G. Normal change or risk business: institucinal effects on the “hazard” of change in hospital organizations, 1959-79. **Journal of Management Studies**, V. 24, n. 6, p. 671-700, 1987.